

FUTEBOL SIM, MAS NÃO SÓ: A PRESENÇA DAS LUTAS EM PERIÓDICOS DA CIDADE DE SALVADOR (1912 – 1935)

LUCAS OLIVEIRA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
lucasoliveirajs@gmail.com

JONATAN DOS SANTOS SILVA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
jonatandon@gmail.com

ISABELE PIRES SANTOS SOLER
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
beuca.isa@gmail.com

FELIPE EDUARDO FERREIRA MARTA
Universidade Estadual de Santa Cruz
fefmarta@gmail.com

RESUMO

O presente estudo buscou investigar a presença dos esportes de combate no início do século XX, na cidade de Salvador-BA, tendo como fonte os periódicos de grande circulação (jornais). Nesse percurso, parte-se da hipótese de que analisar a visibilidade de uma determinada manifestação corporal é, em última análise, adentrar os meandros da cultura brasileira, lançando luz sobre as contradições e conflitos impressos em fontes e registros presentes nas páginas dos jornais. No caso da cidade de Salvador, embora, a princípio, não tenha sido incorporada como um esporte de combate, a exemplo das lutas de origem oriental ou o boxe, a Capoeira era assunto corriqueiro nos jornais. Nesse sentido, apresenta-se aqui uma pesquisa exploratória qualitativa que teve como objetivos: investigar possíveis relações de conflitos e interferências no processo de desenvolvimento e construção do cenário esportivo baiano das lutas; verificar o papel dos agentes nesse processo. Utilizando os termos de busca “capoeira”, “boxe”, “luta” e “lutas”, realizamos uma pesquisa nas duas principais coleções de periódicos: “Hemeroteca Digital” e “Biblioteca Pública do Estado da Bahia”, bem como uma leitura detalhada das notícias relacionadas, analisando-as de acordo com os estudos de Norbert Elias e Tânia Luca. Os resultados demonstraram uma influência da mídia (imprensa) para legitimar o futebol como um esporte popular. Por outro lado, os esportes de combate foram relegados a um segundo plano ao longo das publicações, devido ao processo modernizador e às suas ambivalências em um contexto de sofisticação comportamental.

Palavras-chave: Periódicos; Futebol; lutas.

Recebido em 30 de novembro de 2020.

Aprovado em 8 de abril de 2021.

SPORT YES, BUT NOT ONLY: THE PRESENCE OF THE FIGHTS IN PERIODICALS OF THE CITY OF SALVADOR (1912 - 1935)

LUCAS OLIVEIRA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
lucasoliveirajs@gmail.com

JONATAN DOS SANTOS SILVA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
jonatandon@gmail.com

ISABELE PIRES SANTOS SOLER
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
beuca.isa@gmail.com

FELIPE EDUARDO FERREIRA MARTA
Universidade Estadual de Santa Cruz
fefmarta@gmail.com

ABSTRACT

This study aimed to search for the presence of fighting sports at the beginning of the 20th century in the city of Salvador-Bahia. As source, it was used in the high circulation periodicals (newspapers). This path starts from the hypothesis that to examine the value of a specific body expression is, after all, to analyze Brazilian culture in depth in order to highlight the contradictions and the conflicts which are presented in newspapers. In the case of Salvador city, although it has not been established as a fighting sport yet, as Martial arts or Boxing, Capoeira had been a recurrent issue in the newspapers. Then, it was shown here as qualitative exploratory research that had the goal: to investigate possible relationships between conflicts and interferences in the process of development and construction of the sportive scenario of fighting in Bahia; and to verify the role of these agents in this process. Using the search terms “Capoeira”, “Box”, “Fight” and “Fights”, a research in the two main journal collections was made: “Digital Newspaper Library” and the “Public Library of the State of Bahia”, as well as a detailed reading of related news, analyzing them under the aegis of Norbert Elias and Tania Luca studies. The results ratified media influence (press) to change football (soccer) into a popular sport. On the other hand, Fighting Sports was put aside during the publications by the Modernization process and its ambivalence in the behavioural sophistication context.

Keywords: Journals (Periodicals); Football (Soccer); Fighting.

INTRODUÇÃO

A cidade de Salvador na primeira metade do século XX fora balançada pelo *foot-ball* e grande parte da população assumiria o esporte como espetáculo e prática. No entanto, as distinções das práticas se davam na relação dicotômica entre o futebol praticado pelas elites e o futebol praticado entre “garotos e vadios” (SANTOS, 2012; ROCHA JUNIOR, 2013). Nesse sentido, para entendermos determinados processos civilizatórios, nos apoiamos em Elias (1994), tendo em vista que os periódicos marcavam o futebol como mais uma possibilidade para que a capital baiana pudesse engendrar na civilização e a modernidade em seu *corpus* social. Entretanto, não só de futebol vivia a capital baiana, inúmeras práticas esportivas como turfe, atletismo, basquete, regatas e as lutas eram práticas noticiadas de forma correntemente nos periódicos. Nesse sentido, Luca (2005) nos auxilia a fim de possibilitar algumas vias para a análise e seleção das notas dos jornais. As lutas em cena eram o Jiu-jitsu, Boxe, Luta livre, Luta greco-romana, que aparecem fortemente, sobretudo, após a criação do *Club Athletico Bahiano* no ano de 1915.

É necessário nos situarmos em relação a como se configurava a capital do estado no período em questão. Para isso, Milton Santos (1959), no que se refere às dimensões demográficas, aponta que a cidade de Salvador encontrou um amortecimento populacional, referindo-se assim à não expansão em seu volume demográfico nos anos de 1900 a 1940. No início do século XX, a capital baiana contava com uma população de aproximadamente 200 mil pessoas, chegando, em 1940, a 290 mil habitantes. Nesse sentido, a curva não se altera consideravelmente numa escala ascendente, como ocorria em outros estados. A Bahia, no século XIX, ocupava o segundo lugar em relação às cidades com maior população, sendo ultrapassada por São Paulo no século XX (BARBOSA, 1923; SANTOS, 1959).

Entretanto, números constantes no anuário da Bahia em 1935 revelam que a população de Salvador chegava a 368 mil habitantes, desse modo, os números se apresentam muito díspares quanto à exatidão da população da capital baiana¹. Ao analisar os dados, outros municípios baianos, segundo o Anuário Estatístico de 1935, com maior densidade demográfica depois de Salvador eram as cidades de Santo Amaro, com 119 mil habitantes, e Feira (crendo ser a cidade de Feira de Santana), com 109 mil habitantes. Com relação à divisão territorial da cidade de Salvador, esta era dividida em 24 distritos, sendo 12 urbanos e 12 suburbanos, assim denominado.

Segundo Santos (1959), a economia do estado era notoriamente cacaeira, o que, infelizmente, não permitia acumulação de capitais em prol da cidade, cujo porto concentrava toda a exportação para o estrangeiro. Dessa forma, enquanto as demais capitais caminhavam para uma industrialização de forma mais acelerada, os esforços da capital baiana ainda continuavam tímidos, delimitando-se “ao papel de porto e cidade comercial”, como aponta

¹ Ao que se refere à produção agrícola da Bahia, os dados encontrados no Bahia Atravéz Cem anos: Notas estatísticas”, de Mario Barbosa (1923), mostram a produção de vários insumos como couro, açúcar e o cacau, sendo a do cacau a seu maior expoente. De acordo com o arquivo, a produção cacaeira chegava próximo a 60 mil toneladas, alcançando a porcentagem de 88%, sendo essa superior a toda a produção do país nos anos de 1920. O estado da Bahia era apontado como o segundo maior produtor de cacau do mundo nos anos vinte, com 66.883 toneladas, ficando atrás somente da Costa do Ouro (território atualmente pertencente ao país de Gana) com 133.900. A Bahia ainda tinha outros produtos de exportação como fumo e açúcar.

o autor. Segundo Barbosa (1923), o desenvolvimento industrial da Bahia não acompanhava o desenvolvimento agrícola. No que se refere à curva demográfica descendente, o autor aponta que o amortecimento no ritmo de crescimento demográfico está ligado aos fatores mencionados acima, como também à mudança do fluxo migratório.

Segundo Santos (1959), em relação aos processos modernizantes, “na segunda metade do século XIX, o Estado da Bahia estaria na vanguarda quanto ao desenvolvimento ferroviário do Brasil” (SANTOS, 1959, p.44). Tais processos começaram a surgir com relação à cidade de Salvador com a chegada do automóvel em 1901 e a instalação do bonde elétrico nos anos seguintes. Outros aspectos modernizantes e de uma tentativa de abandono da estrutura rural aparecem nos anos de 1910, em que ruas começam a ser alargadas, a exemplo das ruas da Misericórdia e Avenida Sete, na Cidade Alta. Dez anos mais tarde, retificações nas ruas da Cidade Baixa também ocorreram como, por exemplo, na rua Conselheiro Dantas e Portugal. A construção de novos edifícios começa a despontar por ali, incluindo-se até tímidos arranha-céus. O elevador Lacerda, inaugurado nos anos de 1870, passa por reformas nos anos de 1928, utilizando no seu funcionamento a eletricidade².

A delimitação temporal compreende as duas passagens sob o governo da Bahia do Governador J.J. Seabra (1912-1916 e 1920-1924), personagem de destaque no cenário da cidade, que fomentou alterações significativas nos processos modernizantes³ e de urbanização na cidade. Os anos de 1919-20 marcariam a consolidação do esporte bretão em solo baiano. Um grande expoente disso seria a construção do Campo da Graça, em 1920, considerado, na época, um marco de modernização desejado para a cidade de Salvador. Pode-se inferir que a capital baiana estava a construir um *habitus* esportivo (ROCHA JUNIOR, 2013; JUNIOR; ESPÍRITO SANTO, 2011; SANTOS, 2012) no qual as práticas esportivas não estavam centradas somente nas camadas mais abastadas mas também faziam parte de um cotidiano popular dos menos favorecidos, fazendo, assim, ressignificações para melhor proveito frente às limitações estruturais de espaços e equipamentos.

Em meio a esse contexto, as lutas estrangeiras se apresentam como um elemento a mais no processo de construção do ambiente citadino que se queria marcado pelos signos do moderno. O boxe seria o primeiro a aparecer, à primeira vista, não totalmente relacionado a esse ideário, o que já nos dá a ideia de um processo não linear de incorporação das lutas. Pelo menos é o que podemos depreender ao nos depararmos com a nota de 27 de janeiro de

2 Ao retratar outros divertimentos e acessos para além do esporte, a cidade de Salvador nos anos de 1920-30, como lista o Anuário Estatístico da Bahia de 1935, contava com 48 bibliotecas, 7 cinemas, sendo eles: O Cinema Alliança, Excelsior, Glória, Calçada e São Joaquim, Casa St. Antônio, Cine S. João (Plataforma). Marcam até a primeira metade do século XX o citadino rural e urbano imbricados, o caso de Salvador é um caso isolado. Assim como em outras capitais, onde a união entre um mundo rural e urbano se cruzam, se alimentam, seja nas formas de comercialização, divertimentos e urbanização.

3 Os autores Amaral e Dias (2020), ao falar do entretenimento urbano e mercado em Minas Gerais, mostram a transição do século XIX para o XX, permeada de símbolos europeus, entre eles os aspectos “modernizantes”, que em Minas se configurou através do teatro, cinema, circo, bailes, carnaval, piqueniques, esportes, espetáculos de música e clubes recreativos. Estes lugares trouxeram a ideia de modernização e civilização. Para além de considerar esses aspectos apenas nos grandes centros, os autores mostram esses fatos percorridos também pelo interior do país. Tudo isso visto enquanto símbolo de sofisticação do comportamento social vinculado à ideia de modernidade. As cidades que não pertenciam ao título de grande centro, fora da faixa litorânea, tendiam, de acordo com o imaginário brasileiro, a reproduzirem as influências culturais materializadas no comportamento advindo desses centros urbanos. As elites, segundo os autores, não se reduziram a essa reprodução, sendo o lazer um atributo comercializado nas cidades de caráter rural, pouco urbanizadas.

1913, publicada pelo periódico *O Diário de Notícias*, quando informou que “este jogo nunca se popularizaria aqui, porque o brasileiro tem em geral a índole mansa e uma reputação instintiva por tudo que lhe cheira a violências e a sangue” (O DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1913). Em outra margem, porém não tão distante, como lembra Rego (1968) e Da Costa (2006), o Decreto n.º 487, de 11 de outubro de 1890 (Código Penal Brasileiro), no seu Art. 402, a capoeira é descrita como crime de vadiagem. A essa prática, inicialmente, os periódicos destinariam aparições nas colunas policiais, pois sua proibição e criminalização, através de Decretos e Posturas, favoreciam o poder soberano que institucionalizou (SILVA; MARTA, 2017).

No que se refere à gênese da capoeira, Rego (1968) relata que haveria aí uma junção, em razão de a capoeira ser afro-brasileira e servir como mecanismo de resistência e luta por parte de seus praticantes (PASTINHA, 1988; VIDOR, 2013). Há ainda a ideia do seu surgimento das maltas e sua prática nas praças do mercado de aves, na cidade do Rio de Janeiro. Ainda sobre a gênese, Columá (2013) relata uma gênese indígena devido “a origem do nome *caapuera* em tupi-guarani” (COLUMÁ, 2013). Essas três possibilidades encontram-se presentes no dossiê da capoeira (BRASIL, 2007). Entretanto,

(...) adotamos a versão que melhor explica a origem da capoeira como manifestação de canto, dança e jogo, tendo em vista que as diversas pesquisas referenciadas afirmam que os africanos escravizados trouxeram consigo costumes e crenças de sua terra natal e, no solo brasileiro, criaram essa manifestação corporal. (FRANÇA, 2018, p. 21).

Em meio a tantas suposições a esse respeito, a que mais nos parece pesar seria a de uma capoeira afro-brasileira, estruturada e aperfeiçoada em solo brasileiro. Nesse sentido, Assunção (2014) afirma que seus praticantes sofreram durante a Primeira República. De acordo com o autor, ela foi reconhecida por intelectuais brasileiros desde o final do século XIX e início do XX como o único esporte genuinamente nacional, sendo Bimba e Pastinha, os organizadores dos estilos modernos de capoeira: a Regional e a Angola. Assim, os estudos sobre a origem da capoeira são compreendidos a partir das políticas de dominação-escravidão, que proporcionaram a emergência de debates, os quais subvertem o sistema que regia a relação de poder para incutir na memória oficial a ideia de que a história positivista deveria ser a referência dominante. O processo civilizador no Brasil trouxe como resultado reflexões a respeito da produção de conhecimentos científicos, contrapondo tudo que foi pensado a partir da transmissão e legitimação de histórias constituídas conforme o poder na época (SILVA; MARTA, 2017).

Dessa maneira, para compreendermos a articulação entre os processos modernizantes, as lutas, os jornais e a cultura baiana, investigamos as possíveis relações de conflitos e interferências que influenciaram o desenvolvimento e construção do cenário esportivo⁴ baiano das lutas; ademais, pesquisamos com base nos periódicos, os agentes que contribuíram e tiveram protagonismo nesse processo.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, realizada a partir da análise dos periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital e na Biblioteca Pública do Estado da Bahia. O critério para seleção das notas no domínio Hemeroteca digital deu-se por meio dos termos: *capoeira*, *box*, *luta e lutas*. Os periódicos utilizados para a pesquisa foram *Gazeta de Notícias*, *A Notícia*, *Diário de Notícias – A manhã*, *O Imparcial*. Na

4 O termo “esportivo” é usado nos estudos sobre sociologia do esporte nas obras de Bourdieu (1983).

Gazeta de Notícias, o período analisado foi de 1912 a 1914, contando com 251 edições, e com 3 ocorrências para o termo “Capoeira”, 6 ocorrências para “box”, 30 ocorrências para “lutas” e 219 para “luta”. Foram encontradas 2 ocorrências para “capoeira”, 9 para “box”, 144 para “luta” e 24 para “lutas”. Em *O Imparcial*, o período foi de 1930 a 1935, contando com 241 edições. Nele foram encontradas 10 ocorrências para o termo “capoeira”, 55 para “box”, 272 para “luta” e 80 para “lutas”. A análise dos dados se deu a partir das leituras detalhadas das notícias relacionadas e posteriores transcrições delas. Foram analisadas 1.109 edições no total.

Em virtude disso, a segunda seção deste artigo apresenta e discute a capital baiana como lócus do processo de urbanização ocorrido nas duas primeiras décadas do século XX. Salvador tinha nos jornais o termômetro para aferir a presença dos esportes na cidade como forma de monitorar a capoeira praticada nas ruas, visando impor o processo civilizatório trazido nas leis e decretos que proibiam essas práticas corporais.

“A PHASE DO PROGRESSO” X “O MEIO DA RUA”

O título se refere aos dados de algumas notícias veiculadas pelos jornais, no período de 1910-20, que remetem a processos sociais, os quais Elias (2006) define como par conceitual indicador de sentido que determina “oposições e tensões estruturais no interior de um movimento processual em cada época considerada” (ELIAS, 2006, p. 29). Esse processo ocorria na capital baiana, que celebrava um momento em que vários esportes entrariam em cena, como basquete, atletismo, turfe, polo aquático, futebol e as lutas, os quais ganhavam ainda mais força no cenário baiano, começando a se estruturar e a se constituir, assim, uma nova fase para esses desportos.

No entanto, ao falarmos de outro espectro, “a rua”, espaço da capoeira, os periódicos relatam algumas denúncias que pareciam ferir a ordem pública, transgredindo, assim, a ideia de progresso⁵ pretendido para determinado nicho da sociedade soteropolitana⁶. Na sexta-feira, 18 de outubro de 1912, o periódico *Gazeta de Notícias* faz menção, em sua coluna policial, a duas prisões de vendedores de doces que jogavam capoeira entre uma venda e outra, segue a nota: “Os Menores Manoel dos Reis e João Bendicto, vendedores de queimado, foram presos ontem [sic] por estarem jogando capoeira. Ficaram recolhidos ao xadrez da estação policial da rua do Maciel de Baixo” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1912, p. 1).

A nota chama atenção não apenas por causa da repressão à capoeira, mas pelo nome de um dos menores, Manoel dos Reis, o que nos faz supor que esse poderia ser Bimba, ainda menor de idade – algo que não pode ser confirmado devido à escassez de informações da nota.

⁵ Essa ideia de progresso também apareceu de forma análoga aos acontecimentos que decorreram na cidade de Divinópolis entre os anos de 1890 a 1920, em que, de acordo com Amaral e Dias (2020), as reformas arquitetônicas ocorridas na cidade nesse período eram enunciadas na imprensa com exaltação; isso acontecia pelo fato de atribuir esse feito ao processo “milagroso” em decorrência da chegada do progresso, mesmo contendo uma densidade demográfica rarefeita e marcada por ser uma cidade com características rurais. Ainda assim, a elite local quis ostentar a cidade como lócus de modernidade e civilização ao promover as práticas de lazer e os símbolos do nacionalismo e progresso, que na maioria delas requeria pecúnia, e consequentemente selecionava seus adeptos, como acontecia nas grandes cidades, afetando as regiões próximas.

⁶ Em 1890, a prática da capoeira era vista como prática criminoso prevista no código penal, instituído através do Decreto 847, intitulado “Dos Vadios e capoeiristas”: Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoas certas ou incertas, ou incutindo temor de algum mal; Pena – de prisão celular de 2 a 6 meses (REGO, 1968, p. 292).

O que se sabe, segundo Reis (2000), é que Bimba, aos 13 anos, começara a aprender o ofício de estivador, mantendo-se lá até os 27 anos e que “foi no cais do porto que começou a aprender capoeira com Bentinho, capitão da Companhia de Navegação Bahiana” (REIS, 2000, p. 101). Dois anos à frente, outra nota semelhante nos chama a atenção em *A Notícia*; no texto, indica-se que era comum encontrar, entre os vendedores de balas, aqueles que jogavam/lutavam a capoeira, desta vez não se relata a prisão de alguém, mas registra-se um acidente.

Um Vendedor de <ballas> de assucar encorpado
Antonio Pereira do Santos, é um desse muitos vendedores de ballas, de inumeras qualidades essenciais. Como os seus distinctos colegas. Antonio tanto vende como brinca.
Hontem na ladeira do Aquidaban, encontrando um colega, resolveu jogar um pouco de capoeira no que é mestre. Em um dos seus rapapés aconteceu cahir porem com infelicidade porque foi em cima de um caco de garrafa, que produziu-lhe um ferimento na coxa esquerda. No hospital, recebeu os necessários curativos (A NOTÍCIA, 1914, p. 4).

Ainda era o ano de 1914, o *Club Athletico Bahiano* ainda não tinha sido criado, e o futebol seguia em ascensão em terras baianas; em sentido inverso, o espaço destinado às lutas, nos periódicos, eram as colunas de denúncias, como pode ser observado. O jornal *A Notícia*, na quarta-feira, 4 de novembro de 1914, revela que as lutas ainda não tinham sido incorporadas ao *habitus*⁷ da sociedade baiana e que a prática, por parte dos entusiastas pelo esporte, necessitava de um espaço adequado:

Na calçada do Bomfim disputavam o box João Araujo e Ranulpho Ormundo Leal. Esse gênero de “sport” não agrada aos civis e por isso o de n. 27 foi obrigado a interromper a sua viagem, num bonde da “Ligth”, para impedir a continuação do “sport”, recolhendo os dois ao xadrez da estação dos Mares, á disposição do subdelegado respectivo. (A NOTÍCIA, 1914, p. 2)

Outra nota do mesmo periódico revela um fato ocorrido há um mês na *Rua da Misericórdia*, quando *João Francisco Alves e Jeronymo Xavier da Costa* foram levados à prisão por praticarem o *Box* em via pública (A NOTÍCIA, 1914, p. 3). Tais notícias refutaram nosso pensamento inicial de que as denúncias feitas ao jornal acerca das lutas só se destinariam à capoeira, por ser essa uma luta de matriz africana e “descivilizada”. Em estados brasileiros de cultura diferente à baiana, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, Caratti (2016) relata algo semelhante nos anos de 1910 e coloca em questão que repreensões semelhantes podem ter relação com a cor dos praticantes, no caso negros⁸. Contudo, o autor afirma ainda que não é possível precisar tal fato, sendo que os moldes de como eram praticados poderiam ter forte impacto nesse sentido, “sem luvas, sem regras, e com ânimos a flor da pele”, o autor ainda coloca outro ponto: “é no mínimo interessante que o jornal retrate o pugilismo desta maneira, exatamente no mesmo ano das proibições da exibição de fitas de boxe no Brasil” (CARATTI, 2016, p. 7).

Portanto, as práticas de lutas de origem estrangeira, em solo baiano, despertavam a atenção dos desportistas e entusiastas pelos esportes e/ou novidades. O periódico *Gazeta de Notícias*, em 2 de julho de 1914, relatava que o Cinema São João vinha alcançando grande

7 A gênese do conceito de *habitus* é trabalhada por Bourdieu (1989).

8 Silva e Marta (2017) discutiram essa questão para dizer que as culturas africanas e indígenas resistiram às tentativas de inferiorização do negro, no Brasil, desde o processo escravocrata, no qual seguiu como dominante a ideia de superioridade das raças. Nesse sentido, a cor da pele seria o critério de civilização da sociedade durante os séculos XIX e XX. Os estudos de Quijano (2005) corroboraram o assunto ao se referirem ao escurecimento da pele, pois a cor mostrava posições subalternas e representava o modelo global enquanto padrão.

público e que “O symphatisado sportman pátrio Floriano Peixoto continua a deleitar a plateia do S. João, com seus exercícios de box e luca romana”, mostrando que uma parcela da população começaria a consumir as lutas como espetáculo e que, conseqüentemente, poderia ter interesse pela prática. Contudo, fazia-se necessário ultrapassar um obstáculo que vinha gerando conflitos: “o problema consistia em saber como habilitar as pessoas para a experiência de uma total excitação agradável [...] sem atingir riscos sociais e individuais para os outros e para si próprio” (ELIAS, 1985, p. 95). É nesse sentido que o *A Notícia*, na segunda-feira, em 1º de setembro de 1915, relatava a fundação do *Club Athletico Bahiano*, que se propunha a

cultivar os exercícios de Jiu-jitsu, luca brasileira, box, luca romana, esgrima e exercícios militares, gymnastica sueca e finalmente todo o exercício para desenvolvimento physico. Com exceção do foot-ball e regatas. As cores adoptadas são rôxo e branco. Este club está organizado nos moldes de seus congenes da America do Norte, sendo a sua sede provisória no Clolyseu no Polytheama. [...] (A NOTÍCIA, 1915, p. 3)

Em consonância com as ideias de Bourdieu (1983) entre a prática das classes populares e a prática das classes abastadas, bem como busca distinguir a relação com o próprio corpo, como dimensão privilegiada do *habitus*. Os espaços como o *Cinema S. João* e outros semelhantes foram palcos para as disputas das lutas⁹ e também mais tarde o Parque da Bôa Vista¹⁰.

No entanto, a respeito da capoeira, vale lembrar que se legitimou no cenário nacional após o artigo “A Capoeira”, publicado em 1906 na Revista Kosmos (REIS, 1994). Moura (SOARES, 2002) em entrevista cedida à “Revista da Semana” e Raul Pedreira no artigo “A Defesa Nacional”, ambos em 1921, defendem a capoeira no sentido de enquadrá-la nas práticas de exercício físico, visando ser aceita pela sociedade. Essa ideia reflete o quanto o mundo esportivo tentou nacionalizar a capoeira por meio de publicações em jornais, como ocorreu durante a reportagem publicada no jornal “Rio Sportivo” escrita por Adolfo Morales De Los Rios filho (SOARES, 2002).

Os estudos de Santos Júnior (2020) sobre as diversões nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro nas três primeiras décadas do século XX mostram um “subúrbio” composto por disputas por legitimidade nos espaços da cidade. A dança marcou o processo civilizatório nas relações sociais contidas na elite da capital carioca em contraste com aquela praticada nos subúrbios, que promovia a integração dos trabalhadores originários de vários âmbitos. Com isso, foi possível fazer uma analogia com a cidade de Salvador-BA neste mesmo período, o que nos ajudou a pensar a lógica da cidade enquanto espaço de totalidade e a dialética plural existente entre a capital baiana e outros espaços situados fora do contexto da vida urbana¹¹.

As cidades (capitais), nesse período, se mostravam elitistas, racistas e desiguais, se analisarmos esses dados que ilustram os serviços urbanos, trabalho e habitação, já que a forma de apropriação da cidade era marcada pelos conflitos decorrentes dessa exclusão. De acordo com Santos Júnior (2020), a exclusão também é resultado de um processo de promoção de

9 Cf. Gazeta de Notícias, 2 de Julho de 1914, Ed. 00117, p.1; A Manhã, 21 de abril de 1920, ed.00013, p.7.

10 (O Imparcial, 25 de outubro de 1935, Ed. 01492, p.7; Idem, 31 de outubro de 1935, Ed. 01498, p.7).

11 O autor mostra que as diferenças se davam nos valores dos ingressos cobrados nos diferentes lugares, tornando difícil o acesso das camadas populares às agremiações elitizadas. Estes rótulos de “moralidade” se estendiam, segundo Santos Júnior (2020), “à cor, profissão ou nacionalidade” ao mesmo tempo em que os estatutos indicavam que qualquer pessoa poderia “fazer parte”, na condição de apresentar sua faixa etária, profissão e comprovação de onde residia. Ao final, o estatuto mostrava que esta condição de participação só se dava às pessoas de “cor branca”. Quem não o fosse, seria indesejado.

instituições de sociabilidade nas quais produziam a “cultura associativa” em detrimento dos interesses coletivos apregoados na cidade. Esses elementos reforçaram ainda mais a distinção entre classes. Essa elite era detentora de bens, terras e títulos e evitava a presença dos trabalhadores pobres que dividiam o mesmo espaço da “aristocracia suburbana”¹².

A imprensa também contribuiu para que o futebol, oriundo desses espaços, estivesse distante de ganhar legitimidade social, ao mostrar a violência potencialmente descontrolada dos jogadores e das torcidas, seguida do anúncio das prisões ocasionadas por esse “descontrole”. Os estigmas de violência na modalidade estavam atribuídos à classe que não se enquadrava na modernidade desse período anunciado nas pesquisas de Santos e Júnior (2020). A pobreza estava associada à criminalidade, a doenças epidêmicas e à potencialização da violência, reforçada e enunciada pela imprensa.

A próxima seção trata de inserir o futebol nesse diálogo com as demais práticas, por entendermos que esse esporte ganhou espaço nas imediações de notícias e legitima a fase “progressista” através do processo civilizatório, o qual acompanhou, segundo Adorno (2000), ações anticivilizadoras refletidas sobre o corpo e propiciando violência.

“NÃO É SÓ FUTEBOL A GRANDE ATRAÇÃO”

Equilíbrio. Seria essa a palavra que aparentavam esperar os periódicos com relação à veiculação das lutas nos jornais (O IMPARCIAL, 1935, p. 7). Poderíamos considerar também isso como um exemplo do esforço de mostrar sintomas de civilização na cidade. A imprensa, desarticulada da realidade, publicava ideias de modernização em suas notas editoriais e reprovava as manifestações oriundas das camadas populares. Essas ideias de modernização apareciam nos conceitos de nacionalidade, identidade cultural, tradição e modernidade (SANTOS JÚNIOR, 2020)¹³.

O espaço cedido às notícias e disputas ainda não era em extensão proporcional ou significativa se levarmos em consideração o cedido ao futebol. Pôde-se perceber também que a atenção de um determinado público não era voltada somente para o futebol e que as lutas vinham conquistando seu espaço. Prova disso é o que revela, em nota, *O Imparcial*, na sexta-feira, 25 de outubro de 1935:

Não é somente de “foot-ball” que attráe a atenção do publico assistente
É digno de nota o progresso em vários ramos do esporte, actualmente, entre nós. Podemos assegurar que não é somente o “foot-ball” o “great-attracion” do mundo esportivo bahiano. Desde quando chegou a esta capital, o já conhecido lutador Ricardo Nibbon, que nossos “sportmen” conhecem novas modalidades de lutas, ate então desconhecidas. Jiu-jitz”, lucta livre e “catch-as-catch can” foram introduzidas por esse athleta. [...] (O IMPARCIAL, 1935, p.7).

Além de relatar que as lutas de origem estrangeira já tinham um espaço cativo de certo público – e que grande público se fazia presente –, não foi possível identificar, no contexto da cidade de Salvador, a diferença entre esse público e qual seria a finalidade de sua participação: apostar, lutar ou somente o papel de espectador. Outro fato que merece atenção é o nome de Ricardo Nibbon como introdutor do Jiu-Jitsu, aluno de George Gracie, criador do *Jiu-jitsu* brasileiro. O nome de Ricardo aparece de forma recorrente nas notícias dos anos 30.

Falando ainda sobre o início dos anos 1930, período marcado pelo desenvolvimento

do Integralismo, quando era favorável maior incursão das culturas no processo de (res)significação da identidade brasileira, as possibilidades seriam música, artes e as modalidades esportivas que auxiliariam nesse sentido (ALVES, 2008; HOLLANDA, 2011). Um fato que se faz necessário citar, mencionado por Alves (2008) é que Hugo Aranha era proprietário d'*O Imparcial* e integrante do núcleo Integralista de Salvador, assim é possível supor que a veiculação de notícias teria “um pé” no movimento; algumas notícias, nesse sentido, eram recorrentes. Em decorrência disso, a notícia de 18 de julho de 1935, pelo *O Imparcial*, fazia menção a um *Grandioso Festival Integralista*, promovido pelo núcleo integralista e organizado no *Campo da Estrada da Liberdade*, onde teriam lugar o boxe, a luta greco-romana, uma demonstração de capoeira feita pelo mestre Bimba e seus alunos e uma partida de futebol.

No mesmo ano, a edição de número 1.492 do mesmo periódico relatava “A sensacional luta”, que ocorrera pela primeira vez em solo baiano, a ser realizada no *parque Bôa Vista*; essa seria uma demonstração de ‘catch-as-catch-can’ – luta livre – que, nas palavras do *Imparcial*, “teve enorme assistência e justos aplausos”. Os atores dessa luta seriam André Jansen e Ricardo Nibbon, que “demonstraram conhecimento do difícil esporte e além de uma coragem inaudita (...) A assistência que compareceu a luta, inclusive senhoras, aplaudiu bastante os lutadores” assim demonstrava em nota *O Imparcial*, na sexta-feira, 25 de outubro de 1935 na página 7. Ademais, André Jansen era goleiro do Botafogo, campeão carioca de capoeira e luta livre – segundo *O Imparcial* – e estava de passagem por Salvador em uma das viagens pelo seu clube de futebol e que, sabendo do desafio, aceitou enfrentar Ricardo Nibbon. Entretanto, a baiana não era tão pacífica, por mais que em outros estados a capoeira viesse alcançando um espaço significativo, com relatos de diversas lutas em ringues, ela, o boxe, jiu-jitsu e outras artes marciais se enfrentavam independente da diferença de estilos (DA COSTA, 2006, p. 93; CAIRUS, 2012, p. 44; LISE, 2014, p. 61).

Esse pensamento foi produzido pelos governantes no intuito de valorizar, nesse período, as práticas reproduzidas no contexto norte-americano ao invés daquelas oriundas na Europa. Esse projeto imperialista incidiu sobre a cultura, política, economia e foi mantido pelos “emissários da nação”, visto nas publicações de revistas, jornais e opúsculos. Em Salvador, o que se observou, por exemplo, em “*O Imparcial*”, foi a presença da capoeira não entre as lutas de caráter esportivo, mas sim em meio às denúncias de vadiagem e perturbação da ordem pública, como se pode ver a seguir:

Com vistas á policia

A molecada intranquiliza o Tororó

O bairro do Tororó, dantes tão sossegado e procurado por tantas famílias justamente por essa razão, está hoje completamente transformado. [...]

Todos os dias e a todas as horas podem se colher ali flagrantes vergonhosos. Grupos enormes de desocupados em luctas, capoeiragem e jogo de bola, perturbam o socego e o transito. Muito mais grave do que isso. Porem, é a escandalosa ausência de moral que preside a esses ajuntamentos condenáveis. [...]¹⁴

Como corrobora Reis (1994), a capoeira já havia se institucionalizado, conquistado espaço através do mundo e que, mesmo assim, seu valor simbólico e cultural não era reconhecido por uma parcela dos baianos. Identificou-se ainda que na Bahia não fora simples a aceitação desse esporte, e que o Mestre Bimba, no ano de 1936, usaria o espaço dos ringues para fortalecer a capoeira, desafiando qualquer lutador de qualquer estilo a enfrentá-lo. Nesses desafios, ele

¹⁴ Trecho retirado da edição do jornal *O Imparcial*, em 6 de novembro de 1935.

e seus alunos obtiveram diversas vitórias (CAPOEIRA, 2000; PIRES, 2002; BUNESE, 2006; ASSUNÇÃO, 2014).

Ao analisar o processo de surgimento da capoeira regional, Mello (2008) questiona seu distanciamento das práticas populares, em que é perceptível descrever as variadas formas de como um processo civilizador opera quando se tenta modernizar essas práticas para que a capoeira fosse reconhecida como “cultura nacional”. Todavia, inserir a capoeira nesse código de aceitação social, contexto performático de uma sociedade civilizada, traduz o que Elias (1994) fala sobre o aumento de pressão de uma autoridade central que incide sob as pessoas com vista a seguirem condutas. Essas formas de controle seguem impulsionadas de forma inconsciente. Esses dispositivos de controle apareciam sob a égide do poder disciplinar, vigente no projeto governamental da Era Vargas.

Capoeira (1999) e Reis (2000) mostram como a capoeira regional carrega resquícios de lutas orientais – o Jiu-jitsu e o Judô – e manifestações de folguedos de matriz africana (o batuque) e pontuam o quanto a capoeira foi perdendo sua essência ancestral ao deixar permitir a presença de movimentos de contato físico (REIS, 2000). Essas novas possibilidades de prática foram intensificando o olhar social sobre a presença de “violência” e “descontrole”, já que isso aparecia inconscientemente e incentivou o Mestre Bimba a restringir a prática aos lugares fechados, na promessa de que esses impulsos seriam controlados com ajuda de regras instituídas a partir de uma metodologia de ensino. Assim, “esse controle é parte de um processo civilizador”, em vista de que a “sociedade exige e gera um padrão específico de controle emocional” (ELIAS, 1994, p. 199).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O par conceitual apresentado na ideia de progresso e civilização qualifica o processo de esportivização na medida em que os séculos XIX e XX fizeram com que as lutas, tidas como práticas corporais, alavancassem as relações de conflitos e interferências, no cenário esportivo em Salvador-BA, referentes às lutas. Os protagonistas desse cenário resistem aos conflitos por meio da capoeira que os fizeram reconhecê-la enquanto patrimônio da humanidade, mesmo enfrentando a discriminação racial, os agentes foram subversivos ao processo civilizatório.

Diante do exposto, infere-se que a capital baiana, apesar do choque inicial, soube acomodar as lutas de origem estrangeira em seu processo civilizatório e que, mesmo com a ascensão da capoeira Regional e Angola, na Era Vargas, em vários estados brasileiros e até no exterior, o seu próprio berço demoraria a aceitá-la como parte integrante do seu *ethos*. Nesse sentido, nos apoiando em Chartier (1990), entendemos que “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros, produzem estratégias e práticas sejam elas sociais, ou políticas que tendem exercer sobreposição de poder e legitimar ou não escolhas e condutas” (CHARTIER *et al.* 1990, p. 140).

Silva (2018), que analisa a capoeira no interior do estado, mostra que a “Capoeira como organismo civilizatório de povos negros seria um elemento estruturante inter-relacionando, cultura, história e contextos sociais no Brasil” (SILVA, 2018, p. 83). As lutas de modo geral, nesse processo, seriam um fator importante para estruturação do processo civilizador e do *corpus* social baiano, trazendo muito mais do que simplesmente a prática pela

prática, mas as mais variadas disputas de poder, a saber, sociais, políticas ou culturais.

Por ter simbolizado uma ameaça social, a capoeira se tornou “representatividade nacional”, com o auxílio das publicações dos periódicos, ao invés de ser tirada de cena, já que se encontrava nas ruas, assumindo o papel de criminalidade e clandestinidade. Portanto, a rua foi entendida como espaço de práticas corporais vivenciadas pelos afrodescendentes, ao mesmo tempo em que a ideia de progresso forçava esses sujeitos a estarem em locais fechados. Esses fatos ampliaram as tensões no contexto social vigente e estampavam essas contradições nos periódicos de notícias, assim como nas punições estabelecidas perante as leis em vigor desde o século XIX, as quais foram incisivas, sobretudo entre os capoeiristas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- ALVES, Cristiano Cruz. O Integralismo e sua influência no anticomunismo baiano. **Antíteses**, v. 1, n. 2, p. 407-438, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/1859/1639>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber. Entretenimento urbano e mercado de diversões em Minas Gerais. In: **Depois da Avenida Central: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020. p. 75-110.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA 1935. Directoria do Serviço de Estatística do Estado, 1936, v. 1935. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000339/anuario1935ba/anuario1935ba.pdf>. Acesso em: 1 maio 2021.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Ringue ou academia? A emergência dos estilos modernos da capoeira e seu contexto global. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 1-15, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n1/0104-5970-hcsm-S0104-59702014005000002.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- BARBOSA, Mario Ferreira. **A Bahia através dos anos**. Notas estatísticas. Bahia, 1923. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000053/00128/00128000.pdf>. Acesso em: 1º maio 2021.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**, v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo. **Questões de sociologia**, p. 136-153, 1983. Disponível em: http://www.academia.edu/download/58755830/WM-Como_e_posssivel_ser_esportivo_P._Bourdieu20190331-82963-1ru0yzc.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Dossiê: Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil. Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_capoeira.pdf. Acesso em: 8 fev. 2019.
- BUNESE, Rodrigo Fernando **Capoeira: uma análise dialética**. 2006. 35 f. Monografia (Bacharelado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2006. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/48489/MONOGRRAFIA%20RODRIGO%20FERNANDO%20BUNESE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 mar. 2019.
- CAIRUS, Jose. **The Gracie Clan and the Making of Brazilian Jiu-Jitsu: National Identity, Culture and Performance, 1905–2003**. 2012. Tese (Doctor of Philosophy Ph.D.) – York University, Canada, 2012. Disponível em: http://www.academia.edu/download/38726851/FGS_COPY_PDF.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.
- CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira: pequeno manual do jogador**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira: os fundamentos da malícia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CARATTI, Jônatas Marques. “Quando o boxe era caso de polícia”: Espetáculo, violência e repressão em tempos do surgimento do pugilismo em Porto Alegre/RS (1908-1922). **Vozes, Pretérito**

& **Devir: Revista de História da UESPI**, v. 5, n. 1, p. 220-241, 2016. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/viewFile/111/130>. Acesso em: 12 fev. 2019.

CHARTIER, Roger *et al.* A história cultural. Entre práticas e representações. **Difel**, Lisboa, v. 1, p. 12-220, 1990. Disponível em: https://www.academia.edu/download/50078981/3_Roger_Chartier_-_A_historia_cultural_entre_praticas_e_representacoes.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

COLUMÁ, Jorge Felipe; CHAVES, Simone Freitas; DA SILVA TRIANI, Felipe. Resenha do livro “Capoeira uma herança cultural afro-brasileira”, escrito por Elisabeth Vidor e Letícia Reis, Editora Selo Negro, 2013. *Movimento*, v. 21, n. 4, p. 1123-1128, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115343227021.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

DA COSTA, Lamartine P. *et al.* Cenário de tendências gerais dos esportes e atividades físicas no Brasil. **Atlas do esporte no Brasil [Internet]**, Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. p. 21-39.

ELIAS, Norbert. **A busca da excitação no lazer**, v. 1, p. 101-138, 1992. Disponível em: https://www.academia.edu/4894091/A_busca_da_excitacao_norbert_elias_e_eric_dunning. Acesso em: 9 jan. 2019.

ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios**: 1 – Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. v. 1. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1994. p. 63. Disponível em: http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/09/ELIAS_Norbert._O_processo_civilizador_volume_1.pdf. Acesso em: 17 jan. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRANÇA, Ábia Lima de. **Capoeira & educação**: produção do conhecimento em jogo. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26945>. Acesso em: 17 jan. 2019.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. O futebol como alegoria antropofágica: modernismo, música popular e a descoberta da “brasilidade” esportiva. **Artelogie**, n. 1, p. 1-12, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3719624>. Acesso em: 9 jan. 2019.

JUNIOR, Coriolano Pereira Rocha; DO ESPÍRITO SANTO, Fernando Reis. Futebol em Salvador: o início de uma história (1899-1920). *Movimento*, v. 17, n. 3, p. 79-95, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115321322005.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2018.

LISE, Riqueldi Straub. **Entre direitos, cinturas avante, chaves de braço e rabos de arraia**: os primórdios dos combates intermodalidades na cidade do Rio de Janeiro (1909-1929). 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/DISSERTACAO/2014/Dissertacao%20Rickeldi%20Straub%20Lise.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MELLO, D. F. A capoeira no contexto do Estado Novo: Civilização ou Barbárie? *Movimento & percepção*, Espírito Santo do Pinhal, SP, v.9, n.13, Jul./Dez. 2008.

PASTINHA, Mestre. **Capoeira Angola**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **Bimba, Pastinha e Besouro de Mangangá**: três personagens da capoeira baiana. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Tocantins, 2002. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_capoeira.pdf. Acesso em: 7 fev. 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola**: ensaio sócio-etnográfico. Editora Itapuã, 1968.

REIS, Leticia Vidor de Sousa. A capoeira: de “doença moral” À “gymnástica nacional”. **Revista de História**, n. 129-131, p. 221-235, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18730>. Acesso em: 16 fev. 2019.

REIS, Leticia Vidor de Sousa. **O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

ROCHA JUNIOR, *Coriolano Pereira* da. Esporte e Modernidade no Rio de Janeiro e Salvador: Um Estudo Comparado. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 2, n. 1, p. 99-116, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/9140>. Acesso em: 23 fev. 2019.

SANTOS, Henrique Sena dos. “DESASTRES MATERIAIS, DESORDENS MORAIS”: O “FOOTBALL DE VAGABUNDOS” NAS RUAS DE SALVADOR, 1905-1920. **Record: Revista de História do Esporte**, v. 5, n. 1, p. 79-75, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/708>. Acesso em: 23 fev. 2019.

SANTOS JÚNIOR, Nei Jorge dos. Diversões nos arrabaldes da capital irradiante. In: DIAS, Cleber. **Depois da Avenida Central**: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020. p. 47-74.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959. p. 56-63. Disponível em: https://www.academia.edu/download/58818161/O_Centro_da_Cidade_de_Salvador_.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

SILVA, Jonatan dos Santos. **“Capoeira não pede bênção a coronel”**: os Mestres e a Memória da disseminação da Capoeira em Vitória da Conquista-BA (1950-2000). 2018. 240f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) –Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista-BA, 2018. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2019/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-Jonatan-dos-Santos-Silva.pdf>. Acesso em: 23 de fev. 2019.

SILVA, J. S, MARTA, F. E. F. “Dos Vadios e Capoeiristas” À Emergência do “Esporte Genuinamente Brasileiro”. Anais eletrônicos do VIII Encontro Estadual de História da ANPUH-BA. Feira de Santana, 2016. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477694131_ARQUIVO_artigodejonatan.pdf. Acesso em: 18 de mai. 2021.

SILVA, Marcelo Moraes; MELLO, Diego Fernandes. A capoeira no contexto do Estado Novo: Civilização ou Barbárie? **Movimento & percepção**, Espírito Santo do Pinhal-SP, v. 9, n. 13, p. 1-17, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://ferramentas.unipinhal.edu.br/movimentoepercepcao/viewarticle.php?id=171>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: EDUNICAMP, 2002.

VIDOR, Elisabeth; REIS, Leticia Vidor de Sousa. **Capoeira: uma herança cultural afro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2013.